



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 30 de julho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Sinal vermelho de crise no PIM	3
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Setor naval reivindica R\$ 3 bilhões	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Receita	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
FGV	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Inovação	7
JORNAL DO COMMERCIO	
Recorde	8
EMPRESAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Editorial	9
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Rápidas	10
ECONOMIA	

CAPA

Setor naval busca R\$ 3 bi para crescer

A indústria naval do Amazonas busca aproximadamente R\$ 3,15 bilhões para o Estado até o final deste ano. A cifra representa 15% dos R\$ 21 bilhões

já disponibilizados pelo governo federal, sendo R\$ 10 bilhões provenientes de linhas de crédito da Caixa Econômica Federal para projetos via FMM (Fundo de Marinha Mercante) e da

Transpetro, que tem investimentos previstos de R\$ 11,2 bilhões através do Promef (Programa de Modernização e Expansão da Frota). A intenção é melhorar as condições locais.

Página A5

Editorial

O que as demissões do PIM têm a ver com a escalada da violência em Manaus

Dados fornecidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Amazonas indicam exatas 12.787 demissões no Polo Industrial de Manaus neste semestre, o que agrava a tragédia social de uma cidade onde há vinte anos as boas graças do modelo

ZFM transformaram-se em realidade de insegurança e pavor.

Com a escalada de demissões no PIM, a miséria forma exércitos de deserdados da sorte em todas as zonas da cidade, que descambam para o crime, para as drogas, para a prostituição - para a violência.

A violência é a maneira encontrada pela gente pobre

para resolver o seu conflito social de cada dia, como vimos há pouco com o assassinato do oitavo taxista desde janeiro. E os violentos, como suas vítimas, são negros, mulatos, analfabetos, pobres.

Os violentos são cidadãos com pouco acesso ao "establishment" integrado pelos privilegiados que se consideram únicos defensores da Lei e do Direito. Violentos e

vítimas são cidadãos sem direito ao trabalho e à felicidade social, que é o produto justo do trabalho a que se devota todo ser humano nesta Terra. Quando a dignidade do direito ao trabalho é violada de forma ostensiva pela política de Estado - como ocorre hoje no PIM - isso agrava e aprofunda os desníveis de distribuição da riqueza do produto social ou do próprio

trabalho.

Daí para a frente só temos a escalada da violência. Os frutos dessa paranóia social estão sobre nós neste momento: milhares de cidadãos delinquentes, sem destino, formando o caldo de cultura da criminalidade que atinge níveis de violência absurdamente intoleráveis em Manaus. Com choros e velas.

Sinal vermelho de crise no PIM

Por J Taketomi

Com 12.787 demissões registradas apenas neste semestre de 2012, o PIM (Polo Industrial de Manaus) vive dias de agonia e a tendência é que a crise atual se agrave até outubro. O sinal vermelho foi aceso pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pela Aficam (Associação dos Fabricantes de Bens de Informática e Componentes da Amazônia), alarmados com a situação e pessimistas quanto à "luz no fim do túnel" para atenuar a crise.

Na luta para evitar o pior, o candidato da coligação "Renova Manaus", deputado federal Pauderney Avelino (DEM) informou ao *Jornal do Commercio* que as medidas até agora adotadas pelo governo do Estado para ajudar o polo de duas rodas, por exemplo, são importantes, mas não serão suficientes para aplacar o problema e evitar mais demissões.

Embora destaque como positiva a isenção temporária de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na conta de energia elétrica tanto das fábricas de motocicletas quanto de outras indústrias que compõem o polo de duas rodas, Pauderney se movimentou em Brasília junto ao Ministério da Fazenda buscando ajuda do governo federal. Ele já acertou com o ministro Guido Mantega, a incorporação de R\$ 3 bilhões ao pacote de medidas da presidente da República, Dilma Rousseff, para reaquecer o setor automotivo de quatro rodas, contemplado com o total de R\$ 15 bilhões.

"O secretário-executivo do ministério, Nelson Barbosa, se sensibilizou com o nosso pleito. O polo de quatro rodas

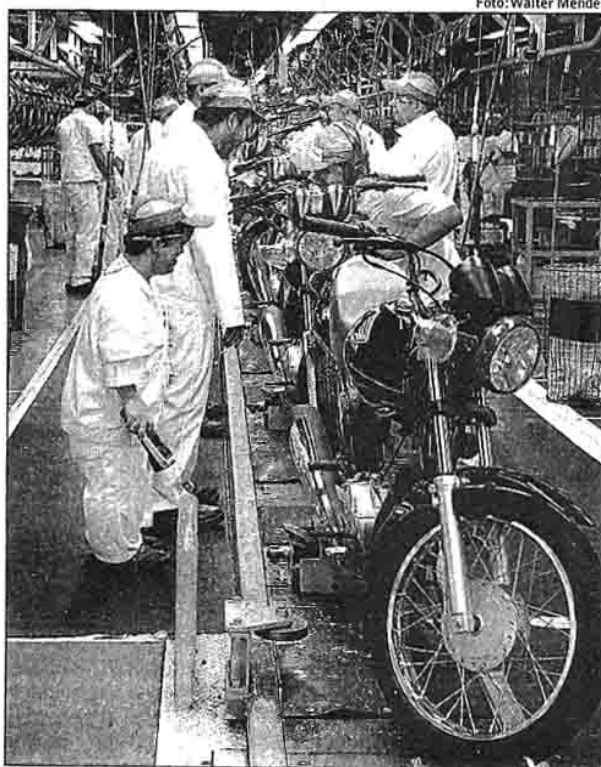


Foto:Walter Mendes

Polo de duas rodas já recebe incentivo do governo federal para amenizar os efeitos da crise e evitar demissões

está todo situado em São Paulo e o polo de duas rodas está todo em Manaus. Por isso, pedi a incorporação de mais R\$ 3 bilhões à ajuda de R\$ 15 bilhões garantidos pelo Palácio do Planalto para dar novo impulso ao setor automotivo", explicou Pauderney ao *JC*, dizendo acreditar que o CMN (Conselho Monetário Nacional) facilitará a liberação dos recursos.

Pauderney diz que entre as boas medidas contra a crise do PIM em Manaus convém destacar providência do superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, acenando com a redução, até dezembro, do valor da TSA (Taxa de Serviços Administrativos), cobrada das empresas instaladas no PIM. Ele também vê com simpatia a desoneração

da cobrança do Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) para amenizar a crise.

"As medidas de ajuda ao PIM e ao polo de duas rodas devem ser rápidas, têm que ser imediatas. Se elas acontecerem, o polo melhora no segundo semestre", afirma o candidato à sucessão do prefeito de Manaus, Amazonino Mendes. Na sua opinião, o governador Omar Aziz está fazendo o que pode contra a crise e as empresas do polo de duas rodas "seguram demissões com muito sacrifício, há empresas que estão parando, a Yamaha e a Moto Honda, por exemplo, estão segurando seus trabalhadores. Acho aguda a crise, mas ela pode ser superada".

Aficam e metalúrgicos alertam sobre perigo de mais demissões

Para o presidente da Aficam, Cristóvão Marques, a situação do PIM é aguda e pode piorar. O setor plástico acaba de demitir mais 300 trabalhadores, o mesmo ocorrendo com o setor de estamparia, que demitiu mais de 500. "O setor de chicotes para televisão e microondas também já demitiu acima de 150", assegura, frisando que a crise do PIM é mais preocupante que a de 2009.

Ele adverte que até outubro cerca de mais 2 mil demissões deverão ocorrer nas empresas do PIM e ressalta que as medidas federais e estaduais para amenizar a situação não surtirão efeitos. Ele diz não acreditar no impacto da isenção de ICMS sobre energia elétrica para ajudar os produtores de insumos.

Cristóvão diz que o governador Omar Aziz pode fazer bem mais do que as medidas anunciadas pela Sefaz para reaquecer o PIM e obrigar as empresas de bens finais a adquirirem componentes em Manaus, deixando de importar da China. "Ou o governo do Estado faz isso ou vamos continuar gerando empregos lá na China", salienta.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana, lamenta a crise e se confessa assustado com os números das demissões no PIM que ultrapassam a casa dos 12 mil trabalhadores desempregados. Segundo ele, a verticalização de empresas como a Samsung colabora para o esvaziamento do Polo Industrial de Manaus. A Samsung, afirma ele, assume hoje todas as etapas de fabricação de seus produtos em Manaus.

Setor naval reivindica R\$ 3 bilhões

Sindnaval quer utilizar 15% dos recursos disponibilizados pelo governo federal para projetos via Fundo da Marinha Mercante

Por Juliana Geraldo

O segmento da indústria naval do Amazonas pretende pleitear cerca de R\$ 3,15 bilhões para o Estado até o final deste ano. A afirmação foi feita em entrevista ao *Jornal do Commercio* pelo presidente do Sindnaval (Sindicato da Indústria Naval, Náutica, Offshore e Reparos do Amazonas), Mateus Araújo.

A cifra representa 15% dos R\$ 21 bilhões já disponibilizados pelo governo federal, sendo R\$ 10 bilhões provenientes de linhas de crédito da Caixa Econômica Federal para projetos via FMM (Fundo de Marinha Mercante) e da Transpetro que tem investimentos previstos de R\$ 11,2 bilhões através do Promef (Programa de Modernização e Expansão da Frota).

O aporte faz parte de uma política nacional de apoio à indústria naval brasileira e está sendo pleiteado pelos nove Estados que possuem atividade de indústria naval, sendo os principais, Amazonas e Rio de Janeiro.

"O objetivo é dar musculatura (força) à indústria naval do país, principalmente aqui no Amazonas onde estamos precisando de um oxigênio financeiro. Vamos pleitear de 10% a 15% (R\$ 3,15 bilhões) para cá porque queremos conceber

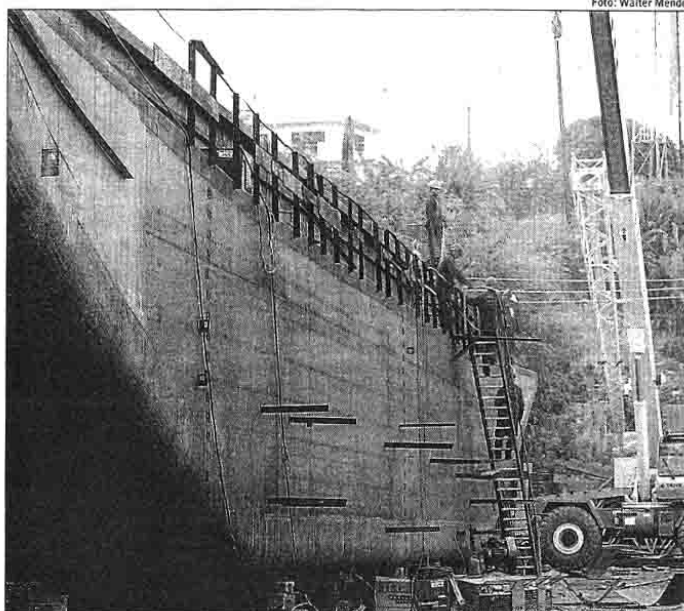


Foto: Walter Mendes

Objetivo é dar musculatura à indústria naval do país, principalmente aqui no Amazonas onde faltam recursos financeiros

um polo naval diferenciado e ecológico. Para tudo isso precisamos de aporte", explicou.

Segundo ele, o montante deve ser aplicado nas construções das embarcações, em melhoria tecnológica e, se possível, utilizado para modificações na própria infraestrutura portuária.

No entanto para ser liberado, o investimento depende do envio dos projetos de cada Estado que devem ser analisados separadamente, para só então, o orçamento ser aprovado. No caso do Amazonas, é necessário que a política da indústria naval do estado esteja pronta.

Atrasos

Um grupo de trabalho foi criado em janeiro deste ano para definir os pontos da política do setor como forma de facilitar a captação de recursos tanto para melhorias na infraestrutura quanto pra qualificação da mão de obra local.

Na mesma ocasião foi assi-

Dados

DESAFIOS

➤ O Sindnaval pretende ainda pleitear investimentos junto a outras instituições como Andina, BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

➤ O investimento de R\$ 5 milhões para a construção de um laboratório técnico também está em estudo. Ele deve fazer parte da estrutura do curso de engenharia naval recém-lançado pela UEA (Universidade do Estado do Amazonas);

➤ A construção do polo naval está estimada em R\$ 6 bilhões;

➤ A projeção de faturamento do setor é de US\$ 20 bilhões anuais em dez anos;

➤ Entre seis e oito estaleiros internacionais e um estaleiro para a construção de embarcações militares devem compor o novo distrito.

nado um decreto de criação do comitê de gestão do projeto do polo naval, o chamado Distrito 3, que vai englobar todas as empresas do segmento naval do Amazonas na área do Pu-raqequara.

Após uma discussão que levou seis anos, o projeto está aprovado desde o dia 20 de dezembro do ano passado e a previsão inicial era de que a pedra fundamental das construções fosse lançada até junho deste ano, o que não ocorreu.

Questões de documentação,

ocupação, acesso à área, instalação de energia e ainda estão sendo definidas, conforme informações do Sindnaval.

De acordo com Mateus Araújo, a previsão do sindicato é que a conclusão do estudo e consolidação da política para o segmento ocorra no máximo até novembro desse ano.

"Queremos lançar a 'pedra fundamental' do distrito 3 ainda este ano e além disso, para conseguir aporte de qualquer instituição dependemos da finalização deste projeto", disse.

Receita

Fazenda define prazo para liberação de importados

O Ministério da Fazenda baixou na última sexta (27) uma portaria para tentar evitar atrasos na liberação de produtos importados devido à operação padrão que está sendo realizada pelos servidores em greve da Receita Federal.

A portaria de nº 260 define prazos para a liberação das mercadorias com base na média do tempo de liberação registrada no primeiro semestre deste ano. Segundo dados do Ministério do Comércio Exterior, o tempo médio para liberar produtos importados na primeira metade deste ano foi de 1,64 dia, sendo que esse tempo foi de aproximadamente 8,5 dias para as importações selecionadas para os canais amarelo e vermelho de conferência. Passam por esses canais importações com indícios de irregularidades.

O subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita, Ernani Checucci, explicou que, no caso das mercadorias cuja liberação ultrapassar em 30% esse prazo médio, a empresa dona desses produtos poderá requerer diretamente ao chefe da unidade de aduana da Receita Federal que libere imediatamente a mercadoria. Segundo Checucci, se não houver qualquer pendência legal, a mercadoria será liberada.

"Será uma entrega antecipada de mercadoria", disse.

O subsecretário explicou que o objetivo dessa medida é permitir que os produtos importados sejam liberados mesmo quando não tenha ocorrido o desembaraço da mercadoria devido à operação padrão feita pelos grevistas. Desembaraço é exatamente a etapa final do processo burocrático de

importação que consiste na liberação da mercadoria após a inspeção.

Não há um prazo para que o chefe da unidade verifique se há pendências legais ou se a mercadoria pode ser liberada, mas Checucci disse que isso deve levar de dois a três dias. Segundo o subsecretário, se o chefe não responder ao pedido de liberação da empresa, ele ficará sujeito a um processo disciplinar.

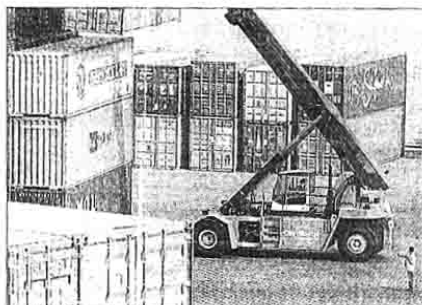
Segundo Checucci, 220 mil declarações de importações foram recebidas pela Receita desde o início da greve, no dia 18 de junho, até o dia 25 de julho. Devido à operação padrão, 4 mil delas engrossaram o estoque de declarações que ainda

Objetivo da medida é permitir que produtos importados sejam liberados mesmo que não tenha ocorrido o desembaraço

está em processamento. Ele não informou qual o número normal que fica em estoque, na fila para ser processado.

Na operação padrão, grevistas adotam medidas para tornar mais lenta a atuação do órgão público. No caso dos servidores da Receita nas unidades aduaneiras, por exemplo, estão sendo inspecionadas todas as mercadorias que são direcionadas para fiscalização, em vez de apenas uma amostra delas.

A portaria do Ministério da Fazenda atende ao decreto 7.777, publicado na última quarta-feira pela Presidência da República, determinando que os Ministérios criem mecanismos para evitar que as greves de servidores paralizem ou atrasem atividades públicas.



Grevistas adotam medidas para tornar mais lenta as operações

FGV

Intermediários abatem confiança da indústria

Concorrência externa e a lenta retomada da economia nacional são apontadas como causas para variação negativa no índice desse setor

A indústria de bens intermediários foi a responsável por derubar o ICI (Índice de Confiança da Indústria) no mês de julho, que recuou 0,5% em relação a junho. O setor foi o único dentre os analisados que registrou variação negativa no ICI, de 1,2%, no mesmo período. As justificativas, de acordo com o coordenador da Sondagem Conjuntural da Indústria de transformação feita pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), Aloisio Campelo, são a concorrência externa e a lenta retomada da economia nacional.

Dentre os cinco gêneros industriais que registraram as maiores quedas na confiança, quatro são considerados bens intermediários São eles: celulose, papel e papelão; metalúrgica; têxtil e química. O resultado do ICI dos bens intermediários em julho ficou

6,8 pontos percentuais abaixo da média dos últimos cinco anos. O Nuci (nível de utilização da capacidade instalada da indústria de bens intermediários) recuou de 85,5% em junho para 85% em julho.

O destaque positivo na confiança da indústria, por outro lado, foi o do setor de material para construção. O aumento de 8,1% no ICI do setor em julho, ante junho, mostra que havia uma demanda reprimida e que há um impulso provocado pelas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). "Para ver como havia uma demanda reprimida, o crescimento de julho superou o do trimestre, que ficou em 6,5%", afirmou Campelo.

A confiança da indústria de material para construção de julho ficou 7,9 pontos percentuais acima da média dos últimos cinco anos. "A

confiança do setor de material para construção está recuperando de forma bem mais forte. O indicador já está acima da média", disse o coordenador da pesquisa. Os bens não duráveis também apresentaram crescimento no indicador, de 1,5% em julho ante junho. "Eles dependem mais da massa salarial e menos do crédito", comentou Campelo.

O ICI da indústria de bens duráveis também registrou crescimento, de 0,5% em julho ante junho. De acordo com Campelo, contanto, as indústrias de bens duráveis e de bens de capital vinham registrando quedas tão profundas que a alta registrada em julho não é expressiva. O ICI para os bens de capital cresceu 0,3% em julho. Os dois setores estão abaixo da média registrada pelo indicador nos últimos cinco anos.

Inovação

Galpão de incubadoras lotado

Cide tem 17 empresas de cosméticos, alimentos, bebidas e software. Maior parte é de pessoas que trabalharam no Distrito

Por Olívia de Almeida

O amazonense está ficando cada vez mais empreendedor, uma das provas disso tem sido o aumento no interesse em incubadoras de empresas. Segundo o diretor-executivo do Cide (Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial), José Barbosa Grosso, a demanda é grande, tanto é que não há vagas atualmente no galpão da instituição, que é considerada a maior da região Norte. "Temos atualmente 17 conosco de diversos segmentos, desde cosméticos, alimentos, bebidas, até softwares", destacou.

Desde 1990 o Cide tem atuado disponibilizando infraestrutura e apoio às microempresas da região, e de lá para cá já incubou mais de 40 negócios. "Por conta disso, estamos entre as maiores incubadoras do país", ressaltou Grosso, que explica que diferente das outras, que geralmente são ligadas a uma instituição federal, o Cide funciona como uma empresa privada, dependendo de recursos de convênios e aluguel dos galpões.

O diretor explica que para fa-

zer parte da incubadora o empreendedor precisa ter realizado o curso Empretec, do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que tem como objetivo estimular e desenvolver as características de empreendedorismo. "Além disso, é necessário ter o plano de negócios aprovado, com isso, caso seja pessoa física, ele terá até 60 dias para criar uma empresa, já se tiver o CNPJ poderá vir direto se instalar, se tiver vaga é claro", disse Grosso.

No centro o empresário paga pelo galpão onde ficará instalada a empresa desembolsando de R\$ 250 a R\$ 875, dependendo do tamanho. "Se fosse para outro lugar com o mesmo espaço esse valor podia chegar até a R\$ 4 mil, além disso, aqui ele também conta com a consultoria, treinamento e a infraestrutura da sala de reunião", informa Grosso, que ressaltou que por conta disso a demanda é grande. "É um custo baixo, pois ele fixa a empresa aqui e tem três anos para se consolidar, podendo prorrogar para mais dois anos", disse.

Após esse período, o empresário é graduado e recebe certificado para levar a empresa



Foto: Assessoria

Diretor-executivo do Cide avalia que a maior dificuldade das empresas incubadas é a falta de recurso financeiro

adiante, porém ainda pode usufruir do centro se associando à instituição. "Dessa forma, ele continuará recebendo treina-

mento, consultoria e utilizar a sala de reuniões", comenta o diretor-executivo.

Hoje, a maior parte desses

empreendedores são pessoas que estão desempregadas, principalmente que trabalharam no Distrito Industrial, e resolveram abrir um negócio. "Por causa disso a maior dificuldade deles é a falta de recurso, há exemplo aqui de vários empresários que utilizam capital próprio para operar a empresa", conta Grosso.

Entre casos de sucesso da incubadora, há o de Rita Prossi, que é precursora no uso da natureza amazônica em joias, a Pro-natus, especialista em produtos naturais, e a TAP4 Informática, eleita recentemente pela Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) para rece-

ber o prêmio de Microindustrial de 2012. "Esse empresário faz aplicativos de iPhone para a GloboNews, GloboSat e MultiShow, começou aqui conosco com três pessoas apenas, hoje 12 pessoas trabalham na empresa e a previsão é que nos próximos meses esteja contratando mais gente", revela o diretor do Cide.

E para quem pensa em abrir uma empresa, segundo Grosso, dependendo da especialidade do empreendedor, desenvolva um produto inovador e utilizando a tecnologia da terra. "É preciso que ele tenha um diferencial, dessa forma ele vai conseguir ir pra frente", acrescenta o gestor da instituição.

Por dentro

EMPREENDEDOR

Estudo inédito encomendado pelo SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) aponta as características do empreendedor de pequeno e médio porte do varejo brasileiro. A pesquisa mostra que o perfil desse empresário é de um homem de 42 anos, que possui ensino médio, já trabalhou no varejo, tem faturamento bruto de até R\$ 60 mil por mês, emprega familiares e não usou financiamento bancário na hora de abrir o próprio negócio.

Recorde

Smartphones ajudam Samsung no lucro

Expectativa é que os lucros com aparelhos móveis no trimestre até setembro apurem avanço ainda maior

Foto: Divulgação



Samsung desbancou o reinado de 14 anos da Nokia como o maior fabricante de aparelhos móveis do mundo

A Samsung Electronics, maior empresa de tecnologia do mundo em receita, divulgou nesta semana seu lucro operacional recorde de US\$ 5,9 bilhões para o trimestre terminado em junho, com as fortes vendas do Galaxy S ajudando a empresa a ampliar sua vantagem sobre a Apple.

A expectativa é que os lucros com aparelhos móveis no trimestre até setembro apurem avanço ainda maior, à medida que o modelo Galaxy apresenta um forte crescimento antes do lançamento do próximo iPhone. Os negócios móveis compõem cerca de 60 por cento dos lucros da Samsung.

Os lucros da divisão de aparelhos móveis mais do que dobraram sobre um ano antes, enquanto os negócios de tela plana voltaram ao azul com a estabilização dos

preços de LCD.

"Sólidos resultados da divisão de TVs mostram sua resistência à crise da zona do euro, enquanto a divisão móvel tornou-se uma forte fonte de recursos por conta das vendas do Galaxy", disse Seo Won-seok, analista da Korea Investment & Securities.

JK Shin, diretor da unidade de telecomunicações da Samsung, disse à Reuters no domingo que as vendas do Galaxy S III, concorrente mais agressivo do iPhone, foram melhores que as previsões iniciais de pelo menos 10 milhões de unidades nos primeiros dois meses após seu lançamento no final de maio.

A empresa está preparando uma sequência para o popular tablet Galaxy Note para o fim deste ano, buscando competir com novos lança-

mentos da Apple.

Segundo estimativas, a Samsung, que este ano desbancou o reinado de 14 anos da Nokia como maior fabricante de aparelhos móveis do mundo, elevou os embarques para 50,5 milhões de unidades no trimestre até junho, quase o dobro dos 26 milhões de iPhones vendidos.

"Independentemente do desempenho da Apple, a Samsung será forte no terceiro trimestre", disse Byun Han-joon, analista da KB Investment & Securities. "Na verdade, o tropeço da Apple é uma chance para a Samsung".

Analistas estimam que a Samsung, que agora controla mais de um terço do mercado global de smartphones, venderá entre 15 milhões e 20 milhões de unidades do Galaxy S III nos seis meses até setembro.

Editorial

Em se tratando de indústria, o crime é ainda mais escandaloso, já que boa parte goza de algum incentivo fiscal.

parte goza de algum incentivo fiscal, seja do governo federal ou do Governo do Amazonas graças ao modelo de desenvolvimento econômico Zona Franca de Manaus.

A extensão do linhão de Tucuruí até a cidade de Manaus, inicialmente previsto para chegar à capital do Amazonas em 2010,

deverá ser concluída só no próximo ano.

Com a obra, o governo interligará o sistema do Amazonas ao restante do País e a economia estadual ganha a tão esperada geração de energia bem acima das demandas do Estado. Além disso, a expectativa é que até 2013 o problema de distribuição do serviço em Manaus também esteja solucionado, ou ao menos melhorado.

Mesmo com oferta condizente com as necessidades da capital, a rede envelhecida provoca perdas e mais possibilidades de quedas na oferta do serviço. Realidade agravada com os roubos de energia.

Rápidas

Efeitos da greve são piores para comércio exterior e alunos

A greve dos servidores federais está prejudicando a atividade econômica brasileira, principalmente as importações e exportações. O cidadão comum sofre menos com a situação, a não ser o caso específico dos alunos de universidades e instituições de ensino federais, cujas aulas estão suspensas há mais de dois meses. A avaliação sobre os impactos das paralisações é de entidades representativas do setor privado e de porta-vozes do próprio movimento grevista. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, atualmente 29 setores do funcionalismo estão de braços cruzados. As greves da Receita Federal e da Anvisa são as que mais prejudicam a economia do País.